

PROGRAMA DO:
Governo da República Federativa do Brasil
(Ministério das Cidades – Ministério do Meio Ambiente)

COM APOIO DO:
Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-HABITAT)
e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

FORTALECIMENTO DAS CAPACIDADES
PARA A GESTÃO AMBIENTAL URBANA COMO APOIO
À PREPARAÇÃO DE PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS

O presente Programa tem como objetivo principal o fortalecimento dos processos de gestão ambiental urbana no Brasil, reforçando as capacidades locais para a avaliação e o planejamento ambiental integrado, contribuindo a melhorar os processos de adoção e implementação dos planos diretores municipais e estruturando mecanismos nacionais de apoio técnico aos processos locais neste campo.

Esta iniciativa está concebida como um programa interministerial (MMA e MCidades) apoiado por um esforço conjunto de duas agências da ONU (UN-HABITAT e PNUMA), e operado em associação com os governos locais, seus sócios nacionais e um conjunto de instituições nacionais de apoio técnico.

O presente documento estrutura a estratégia e as atividades de uma primeira fase dedicada à implementação de atividades demonstrativas em três municípios e ao desenvolvimento de instrumentos metodológicos e mecanismos de apoio técnico a nível nacional. Com base nos resultados obtidos e nas experiências acumuladas, fica prevista a preparação de uma segunda fase dedicada à ampliação de escala a nível nacional e ao intercâmbio de experiências a nível latino-americano e mundial.

As principais atividades do Programa orientam-se a: (i) desenvolver capacidades locais para a elaboração participativa de diagnósticos e planos de ação urbano-ambientais; (ii) melhorar a qualidade dos processos de elaboração e implementação dos planos diretores municipais, com ênfase na sustentabilidade; e (iii) integrar, adaptar e validar instrumentos metodológicos desenvolvidos pelo PNUMA, UN-HABITAT e pelos sócios nacionais às necessidades municipais que derivam do atual contexto brasileiro, (iv) estruturar mecanismos nacionais para o apoio técnico, que dentre as suas atividades, encontram-se o desenho e o desenvolvimento de ações de capacitação, (v) incorporar o aprendizado das experiências locais no desenvolvimento dos marcos políticos e normativos nacionais.

1. Situação prevista ao final da execução do Programa

Como fruto da implementação deste Programa, o Brasil contará com melhores capacidades e mecanismos efetivos para a gestão urbano ambiental, o qual se concentrará em:

- 1.1. Será produzido e divulgado um conjunto de instrumentos que integram, adaptam e validam as metodologias desenvolvidas pelo PNUMA, UN-HABITAT e os sócios nacionais, os quais deverão responder às necessidades atuais dos municípios brasileiros, considerando a diversidade regional e a diversidade de tipologias urbanas existentes (tamanho, regiões, capacidade administrativa, tipo de ecossistemas).
- 1.2. Será formada uma rede de mecanismos nacionais para o apoio técnico aos municípios, distribuídos nas diferentes regiões do país. Uma das atividades principais, neste aspecto, será o desenho e a implementação de ações de capacitação que permitam validar uma proposta curricular dirigida aos municípios e atores locais urbanos.
- 1.3. Serão fortalecidas as capacidades locais para a elaboração participativa de diagnósticos e planos de ação urbano-ambientais, contribuindo a melhorar com a qualidade dos processos de elaboração e implementação dos Planos Diretores Municipais e reforçando neles o enfoque de sustentabilidade.
- 1.4. Serão proporcionados avanços no desenvolvimento dos marcos políticos e normativos nacionais, os quais tenham relação com a gestão ambiental urbana, sustentados na experiência acumulada a nível nacional.

2. Beneficiários previstos

3.1. Os beneficiários diretos do projeto serão os Municípios das zonas de maior exclusão social localizados nas regiões do Norte, Centro-Oeste e Nordeste, as quais foram priorizadas nos atuais programas promovidos pelo governo federal.

3.2. O projeto também beneficiará as comunidades mais pobres, já que a pobreza associa-se, em diversas formas, à deterioração ambiental. Ademais, são os pobres os que estão em maior desvantagem para competir pelos escassos recursos e para se proteger de condições ambientais nocivas. Os setores mais pobres tendem a ocupar as áreas periféricas ou inadequadas das cidades, as quais, em geral, são as menos dotadas de equipamento social. Do mesmo modo, enfrentam problemas relacionados com serviços urbanos que se convertem em pressões para o meio ambiente, tais como a falta de acesso universal à água potável e aos sistemas de drenagem.

3. Marco institucional

4.1. O Ministério das Cidades (Mcidades) é o organismo federal responsável pela formulação de políticas e estratégias em matéria de desenvolvimento urbano sustentável e, através da Secretaria de Programas Urbanos, tem como uma de suas funções apoiar os municípios para implementar o Estatuto da Cidade e os processos de planejamento urbano em geral.

4.2. O Ministério do Meio Ambiente (MMA) é o organismo federal responsável pela formulação de políticas e estratégias meio ambientais, e, através da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, possui a responsabilidade de propor políticas e normas, definir estratégias e implementar programas e projetos em temas relacionados com a política ambiental urbana e o monitoramento da qualidade do meio ambiente urbano.

4.4. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) é a agência da ONU responsável por dirigir e promover a participação no cuidado do meio ambiente e proporcionar apoio aos governos na busca de soluções aos problemas ambientais. Dentro do PNUMA, a Divisão de Avaliação e Alerta Antecipado implementa um processo de avaliações ambientais chamado Projeto GEO Cidades. O objetivo deste projeto é realizar avaliações do estado do meio ambiente nas cidades através de uma metodologia que permite obter informação confiável e atualizada para ajudar a melhorar a gestão urbana. Desta forma, desenvolve um programa sobre gestão de dados e indicadores para estimular sua geração e facilitar o acesso à informação científica necessária para melhorar a gestão do meio ambiente.

4.5. O Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos é a agência da ONU responsável por promover o desenvolvimento social e ambientalmente sustentável dos assentamentos humanos e o acesso a uma moradia adequada a todos e todas. Através da Seção Urbano Ambiental, UN-HABITAT implementa globalmente dois programas: o de Cidades Sustentáveis e o Programa de Apoio à Implementação Local das Agendas 21. Por meio destas duas iniciativas se promove a implementação de uma metodologia de definição e implementação de estratégias urbano-ambientais, a qual tem sido desenvolvida através da experiência acumulada em mais de quarenta cidades durante os últimos dez anos. Seu enfoque está no fortalecimento das capacidades locais para o planejamento e para a gestão ambiental, baseando-se em uma ampla participação do conjunto de atores urbanos.

1. Estratégia do projeto

2.1. Os princípios estratégicos nos quais se sustenta este Programa são:

- Uma ação conjunta inter-ministerial e inter-agencial, com a qual se reforça o enfoque intersectorial e integral entre o urbano e o ambiental.
- A promoção de uma participação plena e decisória dos diversos atores urbanos em todas as fases do processo.
- O fortalecimento e o desenvolvimento de capacidades nacionais, que garantam a sustentabilidade dos enfoques e dos processos. Neste sentido é fundamental a associação de esforços com as associações de municípios (FNP) e com instituições universitárias e de capacitação.
- A intervenção baseia-se no incentivo a ações demonstrativas, com base nas quais se promoverá a multiplicação para outros municípios (baixo a modalidade de cooperação horizontal) e se buscará a incidência no desenvolvimento de políticas a nível nacional.
- A integração das metodologias utilizadas pelos sócios, propiciando a sinergia em relação aos enfoques e instrumentos validados, adaptando-os às realidades específicas locais.
- Vinculação ativa do setor acadêmico e de capacitação, com o objetivo de gerar processos de gestão de conhecimento e de produção de ferramentas de capacitação, adaptadas aos atores urbanos.
- Uma estratégia de mobilização de recursos baseada na complementação de esforços dos sócios locais, nacionais e da cooperação internacional.

2.3. Fases de implementação:

O presente documento desenvolve a estratégia e as atividades de uma primeira fase dedicada à implementação de atividades demonstrativas em três municípios e ao desenvolvimento de instrumentos metodológicos e mecanismos de apoio técnico a nível nacional.

Com base nos resultados obtidos e nas experiências acumuladas, se prevê a preparação de uma segunda fase dedicada à ampliação de escala a nível nacional e ao intercâmbio de experiências a nível latino-americano e mundial.

Critérios de seleção das cidades para desenvolver as ações demonstrativas:

- Distribuição geográfica
- Tamanho das cidades
- Temáticas prioritárias (Litoral-Turismo / Amazônia-Desmatamento / Cerrado – Agricultura Intensiva)
- Planos Diretores (Inexistente / Revisão / Diagnóstico sem Plano)

Parte III: Disposições de Gestão

A. Acertos de execução e coordenação

A Coordenação técnica e operativa das atividades requeridas para obter os produtos e resultados estará a cargo dos Escritórios de UN-HABITAT (regional, situado no Ríó de Janeiro) e de PNUMA (nacional, situado em Brasília).

Estabelecer-se-á um Comitê de Supervisão do Projeto composto por representantes do Ministério das Cidades (Secretaria de Programas Urbanos), do Ministério do Meio Ambiente (Secretaria de Qualidade Ambiental), do UN-HABITAT e do PNUMA.

MINCIUDADES aportará recursos financeiros para cada município e recursos em espécie, em pessoal e gastos de viagem de seus funcionários para desenvolver trabalhos de assessoria técnica aos processos locais.

MINAMBIENTE aportará recursos financeiros para cada município e recursos em espécie (pessoal e gastos de viagem de seus funcionários para desenvolver trabalhos de assessoria técnica aos processos locais).

UN-HABITAT aportará recursos financeiros para as atividades nacionais e para os fundos de projetos demonstrativos, além de recursos em espécie (dias/ funcionários de ROLAC).

PNUMA aportará recursos financeiros para as atividades nacionais e locais, além de recursos em espécie (dias/ funcionários dos Escritórios regional e nacional).

Os municípios aportarão recursos em espécie (pessoal e equipes) e recursos do seu orçamento para as atividades locais (seminários, consultas locais, divulgação)

B. Plano de trabalho

Para a execução do Programa, um Plano de Trabalho detalhado será preparado anualmente, no qual serão refletidas as atividades e os produtos alcançados com a execução das mesmas, indicando os períodos de execução destas atividades e os responsáveis por desenvolvê-las. Os Planos de Trabalho serão preparados pela Coordenação Técnica, em conjunto com o Comitê de Supervisão do Projeto.

C. Apresentação de relatórios e avaliação

O Coordenador preparará anualmente e submeterá ao Comitê de Supervisão o relatório de progresso do projeto. A organização, o alcance e as datas das atividades de monitoramento e avaliação do programa serão decididas em consulta com as partes.

Parte II: Marco dos resultados

Marco de resultados e recursos do projeto

Projeto: Estratégia Nacional de Apoio à Gestão Urbano-Ambiental

Resultado geral esperado: Contribuir a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio através do desenvolvimento urbano sustentável.
Área estratégica de apoio: Gestão Urbano Ambiental, Pobreza Urbana, Governabilidade Local
Estratégia dos sócios: Inter-setorial, Inter-ministerial, Inter-agencial

Objetivo Imediato 1: Reforçar as capacidades das autoridades locais e demais atores urbanos para a elaboração de avaliações ambientais integradas, a identificação de problemas ambientais prioritários e a formulação de planos de ação.

Produtos	Metas	Atividades	Insumos
1.1 Relatórios GEO-Cidades produzidos e divulgados (Incluindo Sistema de Indicadores Ambientais Urbanos / SIG)	3 Relatórios GEO-Cidades	1.1.1 Identificação de atores 1.1.2 Seminário de capacitação (metodologia) 1.1.3 Seguimento à compilação e análise da informação existente 1.1.4 Base de dados georeferenciada 1.1.5 Revisão do rascunho do relatório 1.1.6 Seminário de validação com atores chaves 1.1.7 Revisão do rascunho final 1.1.8 Seguimento à edição, desenho e impressão do relatório 1.1.9 Apresentação e divulgação do relatório	
1.2 Consultas Urbanas / Pactos Urbanos	3 Consultas urbanas realizadas e três Pactos Ambientais Urbanos firmados	1.2.1 Preparação substantiva / logística 1.2.2 Evento / Pacto 1.2.3 Produção e divulgação do Relatório	
1.3 Planos Conjuntos de Ações Prioritárias	3 Planos Municipais de ações prioritárias definidos de maneira conjunta	1.3.1 Comitê Coordenador 1.3.2 Constituição de Grupos de Trabalho Temáticos 1.3.3 Aprofundar a análise de problemas e atores	

		1.3.4 Identificação e seleção de alternativas estratégicas 1.3.5 Elaboração de Planos de Ação	
1.4 Unidades Técnicas Municipais fortalecidas / criadas	Unidades Técnicas municipais fortalecidas em três cidades	1.4.1 Criação de Equipes Técnicas do projeto 1.4.2 Adquisição de equipamento 1.4.3 Treinamento de funcionários locais 1.4.4 Institucionalização das unidades	

Objetivo Imediato 2: Contribuir a melhorar os processos de adoção e implementação dos planos diretores municipais

2.1 Mapas de Recursos Disponíveis	Mapa de recursos elaborado e estratégia de mobilização de recursos formulada	2.1.1 Identificação de fontes de recursos nacionais e internacionais 2.1.2 Elaboração de um guia para a mobilização de recursos	
2.2 Projetos Demonstrativos	Conjunto de projetos definido e posto em marcha em cada município	2.2.1 Selecionar projetos chaves com base em critérios 2.2.2 Elaborar documentos de projetos 2.2.3 Implementar e monitorar as ações	
2.3 Planos Diretores (Desenvolvimento Urbano Sustentável)	Planos diretores formulados ou enriquecidos com a dimensão de sustentabilidade integrada plenamente	2.3.1 Estabelecimento de plataforma integrada 2.3.2 Equipes Macro-funcionais 2.3.3 Formulação de propostas (Texto) 2.3.4 Produção de Mapas 2.3.5 Discussão em Audiências públicas 2.3.6 Aprovação nas Câmaras Municipais 2.3.7 Divulgação em versões populares	
2.4 Portafolio de Projetos	Portafolio de projetos formulado e processos de negociação iniciados em cada município	2.4.1 Seleção de Projetos Prioritários 2.4.2 Redação de Projetos Prioritários 2.4.3 Discussão com a Comissão de Orçamento 2.4.4 Mesas de Negociação	

Objetivo Imediato 3: Estruturar os mecanismos nacionais de apoio técnico aos processos locais no campo da gestão ambiental urbana

3.1. Rede nacional de instituições nacionais fortalecidas para apoiar à demanda municipal neste campo	Entidades de apoio técnico e capacitação	Identificação e seleção de instituições de apoio técnico a nível local e nacional	
-------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------	--

<p>neste campo</p>	<p>capacitação identificadas e organizadas em uma rede nacional</p>	<p>1.1.1 Organização de três seminários de capacitação para as instituições de apoio técnico (i) diagnóstico e consulta, (ii) elaboração dos planos de ações, (iii) implementação e preparação dos PDM</p> <p>2.1.2 Estabelecimento de um sistema de documentação e divulgação das experiências</p>	
<p>3.2. Kit de ferramentas</p>	<p>Primeiro kit de ferramentas de capacitação produzido e publicado</p>	<p>3.1.3 Integração e consolidação das ferramentas de PNUMA e UN-HABITAT</p> <p>4.1.4 Tradução e adaptação das ferramentas ao contexto brasileiro</p> <p>5.1.5 Ajustes das ferramentas com base nas experiências locais</p>	
<p>3.3. Currículo de capacitação</p>	<p>Primeira proposta de currículo desenvolvida e validada</p>	<p>6.1.6 Desenho curricular de capacitação com base nos seminários de capacitação de capacitadores</p>	
<p>3.4. Normativa nacional e municipal melhorada</p>	<p>Conjunto de propostas em matéria legislativa e normativa encaminhado aos órgãos competentes</p>	<p>7.1.7 Organização de consultas locais sobre a institucionalização dos processos e a adaptação do marco legal municipal</p> <p>8.1.8 Organização de um seminário nacional sobre a incorporação dos ensinamentos da experiência nos marcos institucional e legal nacionais.</p>	

